



---

## COMUNICADO | Nº 5/2017 | A TODOS OS TRABALHADORES | 21/08/2017

---

No STI, sindicato livre e independente, lutamos pelos direitos dos nossos associados sempre, seja com que Governo for, seja com que Administração for, seja quando os Trabalhadores são atacados de fora, seja quando os problemas surgem no interior da organização.

Assim como criticamos o que julgamos estar mal, elogiamos o que nos parece positivo.

---

### ***“LISTA VIP”: ANULAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES***

---

No âmbito dos processos disciplinares n.º 1135/2014 e 1137/2014, instaurados na sequência da famigerada **“LISTA VIP”**, a Administração entendeu aplicar sanções disciplinares a dois Funcionários da AT. Nem que seja devido a esse simples facto, ficou, mais uma vez, provada a existência da Lista VIP. Estranhamente a Administração veio recentemente dizer que afinal a mesma nunca existiu, apesar de ter provocado estrondosas demissões no interior da Administração e de ter provocado grande agitação política e social

A Administração em vez de defender, como lhe competia, os Trabalhadores em causa, que atuaram em prol do interesse público e no exercício das suas exigentes funções profissionais, insistiu, pelo menos duas vezes, na aplicação injusta de sanções disciplinares. Primeiro aquando dos processos disciplinares propriamente ditos e, depois, no âmbito da sua reapreciação em sede de recurso hierárquico interposto por aqueles Colegas.

A anulação daquela decisão, injusta e reiterada da Administração, foi superiormente determinada pelo Ex-Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Prof. Doutor Fernando Rocha Andrade, por Despacho proferido em 7 de Julho de 2017 (no uso de delegação de competências do Sr. Ministro das Finanças), o qual não deixa dúvidas de que não existiram «*indícios de violação do sigilo fiscal pelos funcionários*». Perante isto, fica-nos a seguinte questão: porque tem a Administração tanto receio em fazer Justiça Fiscal em defesa dos seus Profissionais?

Mas o Despacho n.º 251/2007.XXI não ficou por aqui, faz mesmo um apelo: *«a todos os funcionários – incluindo os funcionários que apresentaram recurso hierárquico no âmbito dos processos disciplinares n.º 1135/2014 e 1137/2014 – impõe-se que estejam permanentemente vigilantes face a eventuais incumprimentos de deveres fiscais»*. Mais, não fica afastado «o especial dever dos funcionários da Autoridade Tributária de velarem continuamente pelo cumprimento das suas funções, na medida em que nos termos legais se consideram permanentemente em funções», chamando aquele alto Responsável a atenção aos Trabalhadores de que «o registo obrigatório do motivo de acesso aos dados fiscais, não constitui uma limitação aos poderes-deveres dos funcionários da Autoridade Tributária».

No entanto, com uma Administração que demonstrou receio em defender os Profissionais que atuam no estrito exercício das suas funções perante interesses poderosos e bem instalados, mas que se mostra tão vigorosa na aplicação de sanções disciplinares injustas, felizmente agora anuladas superiormente, como se pode agora esperar, com razoabilidade, que os Profissionais dos Impostos, em especial os que já foram sancionados injustamente, sejam diligentes na aplicação das leis tributárias aos contribuintes VIP's?

Naturalmente, o clima de medo instaurado, através dos processos disciplinares e das mensagens proferidas nas formações – estas gravadas e divulgadas pela Comunicação Social -, deixou marcas, que apenas uma posição clara e assumida em defesa dos Trabalhadores, por parte da Sr.ª Diretora Geral, poderá apagar.

Neste contexto, a caixa de registo no sistema informático mais não é do que uma ferramenta que perpetua o clima de medo, pois para nada serve e em nada ajuda quem trabalha. Aliás, quem trabalha sabe bem que é incomportável andar constantemente a justificar as consultas que se efetuam, que vêm duma pergunta dum colega, duma chamada de outro serviço da AT, de uma ordem de um chefe, de um processo em que estamos a trabalhar, de uma dúvida ao olhar para uma fatura, de um contribuinte à nossa frente, entre muitos outros motivos que mudam com a velocidade normal que quem trabalha bem conhece.

---

### **ESTÁGIO DA INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA**

---

Em relação a este estágio, o STI quer mostrar satisfação com a sua conclusão anunciada e dar os parabéns às novas e aos novos Inspetores Tributários e Aduaneiros e, ao mesmo tempo, dar os parabéns à Administração, pela forma maioritariamente positiva como foi gerido o maior estágio de sempre na Inspeção Tributária e Aduaneira e o primeiro que formou pessoal para as duas áreas, a Tributária e a Aduaneira.

É certo que o bom é inimigo do ótimo. É certo que teria sido excelente concluir o estágio em menos tempo. Contudo, dados formalismos legais de que enfermam os estágios na Administração Pública, a situação conjuntural vivida e as alterações legais entretanto ocorridas, há que admitir que existiu uma extraordinária vontade e uma elevada competência na forma como a Direção-geral de Recursos Humanos da AT soube lidar com os problemas que foram surgindo e o modo sempre Humano, como lidaram com os Trabalhadores.

Desde o início que o STI acompanhou este processo, quer com a apresentação de uma proposta legislativa que permitiu alterar as regras de passagem no estágio, beneficiando vários colegas, quer quando lutou para que uma larguíssima percentagem de colegas pudesse estagiar perto das suas famílias. Não conseguimos os 100%, mas foi quase. Se de início quase ninguém acreditava que haveria vagas para trabalhar em todo o país, no final, foi possível conciliar a vontade da Organização com a vontade dos Trabalhadores. Se as coisas não correram na perfeição, não estiveram muito longe.

Reforçamos que este é o espírito que queremos e que aplaudimos na AT. Um espírito de cooperação entre todos: Administração e STI. Este é o espírito que motiva e com que poderemos almejar atingir os elevadíssimos objetivos que anualmente nos são propostos.

---

## **STI – TÃO FORTE QUANTO TU QUISERES!**

---

Saudações Sindicais

A Direção Nacional.